

# Para além da representação – nos limites do visível

Rodrigo Eduardo Silva

PAR

49

O nosso conhecimento do mundo decide-se nas representações que dele extraímos – que dele abstraímos. Os modos do conhecer fundam-se no modo como sintetizamos representações que põem o mundo em estado de representação, convertendo-o diante de nós numa abstracção arrancada à opacidade do aparecer e ao solo da terra (um ab-solus). Sabemos também que as nossas relações com o mundo não se reduzem à representação e que uma boa parte (talvez a mais decisiva) parece escapar à representação, num difícil entrelaçamento entre as mediações da representação e a imediatez da vida (sem que saibamos por vezes qual é que determina ou qual precede a outra). Desde a modernidade que as representações do mundo foram legitimadas como uma passagem à objectividade passível de ser calculada e certificada racionalmente, relegando a dimensão estética da representação para uma âmbito especulativo que é desconsiderado face ao impulso absolutista das mediações da representação técnico-científica do mundo. Ao mesmo tempo que o controlo da representação se foi tornando progressivamente mais calculado, em simultâneo e um pouco por todo o lado (face à globalização dos sistemas ocidentais de representação) surgiram novos dispositivos de representação do mundo que fazem proliferar uma circulação interminável de imagens a ponto de Heidegger ter afirmado num texto célebre que doravante viveríamos no “tempo das imagens de mundo” (que denunciaria a realização da “metafísica da vontade do sujeito”).

A combinação destas duas tendências levou a que muito do pensamento crítico, desde o final do século passado, pressentisse que o mundo poderia sucumbir

nessa proliferação interminável de imagens, que o mundo poderia correr para a sua perda sob o manto diáfano das imagens, sob a multiplicação dos ecrãs que interpomos entre nós e o mundo. Daí que uma boa parte desse pensamento possa ser articulado em torno de uma crítica da representação. Esse posicionamento de suspeita face à representação elaboraria dois contrapontos a estas tendências: por um lado, desmistificaria o pretensso monopólio dos sistemas de representação que nos foram legados pela modernidade, marcados por um positivismo crescente que hoje se concentra na tirania da informação como doação objectivante do mundo (cuja figura terminal poderia ser a descodificação completa do genoma traduzindo a vida para uma pura representação informacional) e, por outro lado, procuraria estancar a hemorragia de um mundo integralmente vertido em imagens, sem resto e sem vazio (cuja figura terminal seria a duplicação virtual do mundo no ciberespaço). No limite poderíamos dizer que a realização destas duas tendências anularia, até, a instância ou suporte da representação ao mergulhar-nos inteiramente nos dispositivos de representação. Seria, literalmente, o fim da representação; talvez não o seu apocalipse (se o entendermos aqui no sentido de uma revelação), mas a sua catástrofe – o fechamento de uma história da representação que se concluiria na realização física e material de uma apoteose da representação.

A crítica da representação pôs em evidência esta história aos mostrar como é que ela se construiu historicamente, i.e., ao mostrar como este “estado de coisas” foram o resultado de decisões que escolheram determinados discursos e poderes sobre o mundo, que visaram uma determinada apropriação dele. Ao fazer essa genealogia, ela pôs a descoberto aporias da representação – que teriam permanecido nas margens da representação, nos seus interstícios, e cujas inquietações teriam sobrevivido no limite da representação ou talvez para além da representação. Talvez – é a hipótese que colocamos – para pensar a representação seja necessário ver essa passagem aos limites, ver o que se passa nos limites da representação, ou, pelo menos, escolher alguns *topoi* que nos permitam ver o que se apresenta à representação nesse limite. E pôr a descoberto como aí se indicia e se deixa entrever uma presença que nos deponha aquém ou além da representação, i.e., que nos exponha ao que de uma representação a excede, àquilo que a transcende – ao vestígio de transcendência que pode habitar uma imagem (talvez seja oportuno lembrar aqui que desde os seus inícios a história das imagens sempre se entreteceu com uma certa história do sagrado e do religioso, como tão admiravelmente mostrou, entre outros, Marie-José Mond-zain).

Há um paradoxo da representação que se anuncia em cada imagem e que se pode enunciar assim: se na representação o mais importante não é o representante que aparece e se torna manifesto, mas o representado para onde ela reenvia, se esse reenvio nos remete para algo que não está presente, que não está dado, mas ao qual acedemos através da “captura representativa”, não será o destino de cada representação o apagar-se em favor da soberania do representado? Estará a representação destinada a prometer a sua superação, a anunciar a iminência do seu desaparecimento? É desta interrogação que esboçamos a seguinte hipótese: há na representação uma resistência, um resto inapropriável que dita a sua sobrevivência “para além da representação” – ainda que hoje o mundo pareça padecer na proliferação das representações, o que na representação nos convoca é sempre algo que a abre mas sobre a qual ela não pode operar nenhuma clausura nem nenhuma apropriação.

Poderíamos partir daqui: representar sempre foi converter em signo uma força, transferi-la para uma imagem ou uma qualquer outra superfície de inscrição à qual se concede uma certa eficácia simbólica. Mas representar é também conferir corpo, espessura, densidade e presença, uma acção ou energia, fazendo comparecer numa presença algo que excede a inscrição numa superfície. Em ambas, a representação é um poder de fazer-ver, de fazer-sentir, de fazer-criar. Essa eficácia tanto pode apelar ao simbólico como pode ser puramente semiótica, i.e., puramente sensível, sem que o inteligível que dela emerge esteja codificado simbolicamente. A arte contemporânea testemunha amplamente desse processo: a nossa relação histórica com as obras parece ter dispensado o simbólico, para passar a funcionar num regime de signos sensíveis puramente imanentes à prática artística, ou, então, num regime de signos puramente conceptual (em ambos os casos essa absorção do signo parece poder passar sem o simbólico – mas seria preciso ver o que é que se entende por “simbólico”). Em ambas as situações, algo parece querer escapar à representação (escapando, no mesmo movimento, ao simbólico) ou, pelo menos, dar-lhe uma libertação das tutelas simbólicas em que os sistemas representativos enquadram as imagens. Mas não será o “simbólico” aquilo que procura nomear essa abertura para além da representação, que mostra que não podemos ater-nos à imanência semiótica? Serão as “forças” da ordem da abertura do simbólico, ou apenas os movimentos e percepções dessa imanência sensível?

Talvez pudéssemos dizer que aqui se enuncia um paradoxo da representação que acontece em cada imagem: se o mais importante na representação não é

o representante mas o representado, a representação reenvia sempre para um “não-apresentado da representação”, algo que não está dado na representação mas que a excede como o seu impensado ou como o seu “irrepresentável”; esse “não-apresentado da representação” estaria sempre na iminência de desfazer a representação para dar a ver o que a originou (ou seja, noutros termos, a “subalternidade” e “secundaridade” da representação prometem sempre já a sua ultrapassagem). É na arte (ou melhor, na multiplicidade das artes) enquanto espaço humano onde as técnicas da criação transfiguram a representação do mundo, que podemos encontrar o lugar deste conhecimento paradoxal da representação. A Paul Valéry uma vez alguém terá perguntado se ele considerava que a arte, com as vanguardas do princípio do século, se teria emancipado da representação e que, doravante, a arte deixaria de ser imitação do mundo e figuração do visível. Valéry respondeu que considerava tal pretensão ignorante do gesto espiritual implicado na arte; para ele “a arte será sempre servil e será sempre impelida pelo esforço de imitação – imitação do que em cada coisa é inimitável, bem entendido”. Esse inimitável, excesso infigurável que reside no rosto que cada coisa volta para nós, é a ancoragem de todo o impulso alegórico e metafórico, de todo o transporte representativo.

A economia do visível e do invisível, o trânsito das imagens parece hoje conhecer uma expansão sem precedentes: as “visibilidades” são hoje um enorme mercado e todos os mercados parecem passar por uma cuidada astúcia na gestão das imagens, parecendo concorrer para nos “atordoar a visão”. A nossa paixão pelas imagens, a nossa fascinação, deixa-nos captivos de um “mercado do olhar” (M.J.Mondzain) que instrui os nossos olhares e que levanta preocupações quanto ao destino das imagens e quanto às imagens que temos do nosso destino. Isto exige hoje, talvez mais do que nunca, uma “política das imagens” que estará no centro da redefinição da Europa (enquanto civilização, por excelência, da paixão pelas imagens). Essa política está ainda em larga medida por construir. Aí decidem-se, por exemplo, os modos como partilhamos o mundo através das imagens que dele fazemos e o modo como essa partilha constitui para nós uma possibilidade de “comum”, i.e., uma possibilidade da “comunidade” (por exemplo, da “comunidade” singularmente nomeada “Europa”). Tudo isto está hoje em redefinição e exige escolhas e tomadas de posição quanto às imagens que deixaremos de nós (quando de nós apenas já restar uma imagem desvanecida pelo tempo) à humanidade por vir, àqueles que herdarão o futuro de nós.

A representação está assim no coração da actualidade. No momento em que o homem parece encher o mundo com as suas projecções corremos o risco de obliterar o mundo subsumindo-o nos artificios de um operativismo representacional petrificado na “precessão dos simulacros” (J.Baudrillard). Mas talvez o momento da saturação das representações, que corresponde à entrada em crise da era da representação, corresponda também ao momento em que podem entrar em cena as figuras mais radicais da sua crítica, em que se pode de novo reabrir a distância reflexiva que é condição da representação e que parece estar colapsada na imediatez especular dos ecrãs. Aí há uma tarefa que (re)emerge: a de pensar o que fica para além da representação.